



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033.125103/2021-37

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 365/2021/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite) para atender às necessidades das Unidades Prisionais do município de Ji-Paraná/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, a pedido do Núcleo de Alimentação, de acordo com o Memorando nº 27/2021/SEJUS-NUALI (ID. 0016904083), Autorização SEJUS-GAB (ID. 0017821746) e demais documentos juntados aos autos

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Pregoeira, designado por meio da Portaria nº 14/SUPEL-CI, edição do dia 26 de janeiro de 2022, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **PALADARNUTRI LTDA**, em face da habilitação da empresa **CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME**, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue:

I – PRELIMINAR DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL

A empresa **PALADARNUTRI LTDA** manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, sendo considerado **TEMPESTIVO** e encaminhada **POR MEIO ADEQUADO**.

II – DO RELATÓRIO

Trata-se o presente certame de Pregão Eletrônico Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite) para atender às necessidades das Unidades Prisionais do município de Ji-Paraná/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos

Esta Comissão Especial de Licitações – CEL, na data de 10 de fevereiro de 2022, realizou sessão de Pregão Eletrônico para Registro de Preços através do Sistema COMPRASNET.

Considerando o disposto em Edital, o modelo de contratação adotado foi o de menor preço por lote.

Desta feita, na ocasião da Sessão, a licitante **CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME** foi declarada habilitada para o lote 01 do certame.

Por derradeiro, oportunizou-se o prazo recursal aos interessados, ocasião na qual a empresa **PALADARNUTRI LTDA** apresentou **Recurso Administrativo** em detrimento à habilitação da empresa **CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME** para o lote 01.

Ato contínuo, contemplados os requisitos de admissibilidade e tempestivamente, a empresa **CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME** apresentou contrarrazão, através da qual pugna

pelo **indeferimento do recurso interposto e pela manutenção de sua habilitação.**

É o relatório.

III - DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

Dito isso, informamos que no dia 10/02/2022 ocorreu a abertura do certame, sendo que após a fase de lances e posterior negociação, tendo sangrando-se vencedora a seguinte empresa:

GRUPO 1 - CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME.

Após, no prazo recursal oportunizado, a recorrente apresentou suas razões recursais em desfavor da habilitação da recorrida.

Nesse sentido, procedemos à análise pormenorizada, que se segue.

III.A) DAS RAZÕES DA RECORRENTE:

Ato contínuo, oportunizou-se prazo recursal às licitantes, tendo a empresa **PALADARNUTRI LTDA** apresentado suas razões recursais, pugnando pela inabilitação e desclassificação da recorrida, com fundamentos exclusivamente de ordem técnica, fundados na comprovação de qualificação técnica da licitante.

A recorrente alega que os **atestados de capacidade técnica apresentados não atenderam as exigências mínimas de comprovação de qualificação técnica profissional**. Segue o teor de sua manifestação em sede recursal:

"Os atestados apresentados como registrados pela empresa Caleche, não estão acompanhados do CRQ, conforme indicação das chancelas de seus registros pelo CRN 7º região, o que inviabiliza sua contagem como composição dos quantitativos do objeto desta licitação."

III.B) DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA:

A recorrida em suas contrarrazões informa relembra o teor do disposto no item 13.8.5 do Edital de licitação, o qual estabelece que o pregão exige somente que a empresa vencedora apresente "Declaração de que apresentará no ato de assinatura do contrato, a certidão de registro e Quitação - CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região", não se fazendo necessária a comprovação da referida certidão de quitação no presente momento.

Segue em síntese a manifestação apresentada pela empresa recorrida:

"Neste sentido, sem razão a empresa concorrente, tendo em vista a licitação encontra-se na fase de apresentação de proposta e julgamento e, portanto, não é exigível que as declarações sejam atestadas pelo CRN da 7ª Região. Ademais, também consta no termo de referência do referido pregão eletrônico, no item 18.1.4.1, que apresentará no ato de assinatura do contrato, a declaração de capacidade técnica-profissional, portanto, somente quando da assinatura do contrato administrativo que é necessário que os atestados sejam acompanhados pela certidão de registro e Quitação – CRQ - 7ª Região.

Diante do exposto, sem qualquer razão a empresa concorrente, haja vista que os atestados deveriam se apresentados juntamente com a proposta de preços e habilitação, porém a certidão de registro e Quitação – CRQ - 7ª Região, somente são necessárias quando do ato de assinatura contrato, conforme edital e termo de referência do Pregão Eletrônico nº 365.2021.

Isto posto, a empresa Caleche Comércio e Serviços Ltda vem requerer: Recebimento das contrarrazões ao recurso administrativo por ser tempestivo; que seja indeferido o pedido contido no Recurso Administrativo interposto pela empresa concorrente, haja vista que as disposições edilícias somente exigem o CRQ, quando do ato da assinatura do contrato, nos termos dos itens 13.8.5 do pregão e 18.1.4.1 do termo de referência."

III. D) DA REANÁLISE E JULGAMENTO DA COMISSÃO:

A) DA EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE REGISTRO DE QUITAÇÃO - CRQ:

No que se refere à exigência de certidão de registro e quitação - CRQ, vejamos o que solicita o Edital do presente certame:

"13.8.5 Declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, Certidão de Registro e Quitação – CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região."

Como se pode observar do teor da exigência acima citada, na fase de apresentação de proposta e no julgamento, o licitante deverá fornecer declaração de que no ato da assinatura do contrato apresentará Certidão de Registro e Quitação – CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região.

Vale lembrar, na ótica do TCU, a exigência de apresentação Certidão de Registro e Quitação – CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região no certame licitatório, somente deve ser obrigação do licitante vencedor, sob pena de ofensa à competitividade.

Vejamos o entendimento da Corte de Contas:

Acórdão 2472/2019 Primeira Câmara (Representação, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman)

Licitação. Qualificação técnica. Conselho de fiscalização profissional. CREA. Quitação.

É ilegal a exigência de prova de quitação com o Crea para fins de habilitação, pois art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993 exige apenas o registro na entidade. O disposto no art. 69 da Lei 5.194/1966, que regulamenta o exercício dos profissionais de engenharia, não pode prevalecer diante do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, nem da própria Lei 8.666/1993 (norma geral).

A par disso, a exigência de apresentação de declaração na fase de proposta e habilitação é lícita, garantindo desta forma que todos aqueles que preencham os requisitos mínimos para contratar com a Administração possam participar do certame em igualdade de condições.

Considerando os atestados apresentados pela recorrida, verificou-se que esses atenderam aos requisitos exigidos em termos qualitativo, bem como quantitativo do objeto licitado, conforme exigência no item 13.8.2 alíneas a e b (características e quantidades) da parcela de maior relevância:

13.8.2 Entende-se por pertinente e compatível em características os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido o objeto executado no mesmo período), contemple o objeto da contratação da presente aquisição. (Conforme Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, art. 3º).

(...)

a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem as parcelas de maior relevância do objeto desta licitação, ou seja, os itens 2 e 3 do item 5 deste Termo.

b) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa forneceu ou fornece satisfatoriamente as parcelas de maior relevância do objeto desta licitação, ou seja, os itens

2 e 3 do ANEXO I deste Termo, com pelo menos 30% (tinta por cento) do quantitativo solicitado. (Conforme Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, art. 3º, III)

Ademais, verifica-se que essa apresentou a referida declaração que fornecerá no ato da assinatura do contrato a Certidão de Registro e Quitação – CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região atendendo à exigência do item 13.8.5 do Edital, conforme se observa dos documentos de habilitação juntado aos autos, portanto, não assiste razão à recorrente quanto ao questionamento levantado.

IV - DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **IMPROCEDENTE**, mantendo a Recorrida habilitada no presente certame.

Submete-se o presente julgamento à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações, em cumprimento ao § 4º, do art. 109, da Lei n. 8.666/93.

Porto Velho (RO), 25 de fevereiro de 2022.

SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO

Pregoeira – CEL/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Pregoeiro(a)**, em 03/03/2022, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0024221787** e o código CRC **B3F85855**.